

# A Segunda Declaração de Havana: O Manifesto da Revolução Latino-americana

Luis Suárez Salazar\*

## **Resumo:**

Levando-se em consideração que no bojo do processo revolucionário cubano, desencadeado a partir da tomada do poder em 1959, três principais documentos nortearam o seu rumo, especialmente a II Declaração de Havana (1962), principal objeto deste artigo. Ou seja, apesar das mudanças ocorridas de lá para cá, ela guarda certa atualidade para a transformação social latino-americana.

**Palavras-chave:** II Declaração de Havana; Imperialismo; Revolução Cubana; Luta Popular.

## The Second Havana Declaration: the manifest of the latino-american revolution

## **Abstract:**

Triggered by the seizure of power of 1959, the Cuban revolutionary process was guided by a few leading documents, especially the Second Declaration of Havana (1962), the main object of this article. A document that, despite the changes that have occurred since then, retains a meaningful relevance for Latin American social transformation.

**Keywords:** Havana Declaration; Imperialism; Cuban Revolution; Popular struggle.

## **Introdução**

Em 04 de fevereiro de 2022 se cumprirá o sexagésimo aniversário da proposta do líder histórico da Revolução Cubana, Fidel Castro, à então denominada Assembleia Geral Nacional do Povo de Cuba (AGNPC), que aprovou a Segunda

---

\* Doutor em Ciências Sociológicas e em Ciências. Atualmente é professor titular e integrante do Comitê Acadêmico de Mestrado do Instituto Superior de Relações Internacionais Raúl Roa García, Havana, Cuba. É membro do Conselho Consultivo de ex-presidentes da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) e dos Grupos de Estudos sobre Estados Unidos e o Caribe da CLACSO. Artigo traduzido do original em espanhol por Jair Pinheiro; revisto por Eliel Machado.

Declaração de Havana, mediante o voto livre, direto e público das mais de um milhão e meio de pessoas que, nesse dia, se reuniram na Plaza de la Revolución *José Martí*.

Nas semanas imediatamente posteriores, essa declaração foi respaldada por assinaturas dos moradores de Havana que assim decidiram, assim como por aquelas e aqueles cidadãos das outras cinco províncias então existentes em nosso país, que não puderam participar na referida assembleia, mas que haviam escutado pelo rádio ou pela televisão, também os que puderam lê-la nos diversos órgãos de imprensa que circulavam em Cuba à época.

Foi depois de culminado esse virtual referendo popular que, na condição de integrante da Direção Nacional das ainda chamadas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), em 18 de maio de 1962, o comandante Ernesto Che Guevara, após analisar detidamente a situação das lutas populares, democráticas, anticoloniais e anti-imperialistas em diferentes países da América Latina e do Caribe, antecipou:

A Segunda Declaração de Havana terá uma grande importância no desenvolvimento dos movimentos revolucionários na América. É um documento que chamará as massas à luta, [...], guardando o respeito que [se] deve guardar [a]os grandes documentos, é como um *manifesto comunista deste Continente e desta época*. Ela se baseia em nossa realidade e na análise marxista de toda a realidade de América (Guevara, 2009 [1962], p. 504, *itálico no original*)

Quais os fundamentos destas afirmações de Che? Em que contexto histórico se aprovou esse manifesto? Quais seus antecedentes mais imediatos e seus principais conteúdos? Qual sua transcendência posterior? O que se mantém válido na atualidade? Este escrito se dedica responder de maneira analítica e sintética a essas perguntas.

### **O impacto da Revolução Cubana na América Latina e no Caribe**

Antes de referir as circunstâncias e os principais conteúdos desta última declaração e sua profunda imbricação como os enunciados da *Primeira Declaração de Havana* (proclamada pela AGNPC de 02 de setembro de 1960) e pela Declaração de Santiago de Cuba, de 26 de julho de 1964, é imprescindível recordar que a vitória da Revolução Cubana teve uma acolhida positiva de certos governos democráticos-burgueses-representativos instalados em diferentes estados “semi-independentes” da América Latina e do Caribe<sup>1</sup>. Também despertou um enorme entusiasmo nos

---

<sup>1</sup> O conceito de “estados semi-independentes” foi formulado por Vladimir Ilich Lenin em sua célebre obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Com esse termo, ele se referia aos estados nacionais ou plurinacionais que, após obter independência política e, em alguns casos,

diversos partidos políticos, movimentos e organizações populares deste continente. Entre eles, as ilhas e territórios do chamado Caribe Insular e continental que, naqueles anos, lutavam e alguns ainda lutam para obter sua independência política dos Estados Unidos (como era e é o caso de Porto Rico) ou de suas correspondentes metrópoles europeias: França, Grã-Bretanha e Holanda (ver anexo 1).

Isto se tornou manifesto durante as visitas que Fidel (como já o identificava o povo cubano) fez à Venezuela, entre os dias 23 e 25 de janeiro de 1959, assim como na primeira viagem aos Estados Unidos, já como primeiro-ministro e convidado pela Sociedade de Editores de Imprensa daquele país, entre os dias 15 e 28 de abril. Igualmente nas diversas atividades realizadas entre 29 de abril e 07 de maio na Argentina, Uruguai e Brasil.

Entre tais atividades, sua participação na reunião de chefes de estados e governos integrantes do chamado Grupo dos 21, realizada em Buenos Aires em 02 de maio. Em estreita coordenação com o então presidente republicano estadunidense, Dwight Eisenhower (1953-1961), esta havia sido convocada pelo presidente brasileiro à época, Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o propósito expresso de transformar “o panamericanismo em uma força política de progresso econômico e social” que permitisse enfrentar “a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético” (Cervo y Bueno, 2002, p. 290-291).

Baseado em sua tática de não criar atrito prematuramente com o governo dos Estados Unidos, nem com os dos estados latino-americanos e caribenhos que então mantinham relações diplomáticas com Cuba, Fidel enfrentou esses enviesados objetivos “panamericanos” difundindo suas reflexões sobre a profunda crise estrutural, que vinha afetando a América Latina. Ressaltando também a indissolúvel relação que, a seu critério, existia entre a consolidação das instáveis democracias burguesas representativas, existentes no continente em fins da década de 1950, e a solução da dramática situação econômica e social que a maior parte dos seus Estados nacionais sofriam.

Neste contexto, Fidel defendeu que o governo dos Estados Unidos oferecesse 30 bilhões de dólares como ajuda oficial ao desenvolvimento dos Estados latino-americanos, e ressaltou a necessidade de estruturar “um mercado comum da América Latina” como condição necessária, porém insuficiente, para superar sua balcanização e impulsionar “seu desenvolvimento econômico-social” (Castro, 2016 [1959], p. 5-24).

Merece recordar que antes de chegar a Buenos Aires, Fidel realizara uma escala técnica em Trinidad y Tobago, durante a qual se encontrou com o destacado intelectual e lutador pela independência do domínio colonial britânico, então

---

econômica, nas condições do “capitalismo monopolista” voltaram a cair sob o domínio da oligarquia financeira: sujeito socioeconômico dominante nas principais potências imperialistas.

primeiro-ministro deste arquipélago, Erick Williams. Embora não se tenham divulgado o conteúdo desse encontro, pode-se supor que ele tenha expressado sua simpatia pelas ações que Williams, assim como outros dirigentes políticos do chamado “Caribe anglófono”, empreendiam para obter sua independência política da Grã-Bretanha.

De qualquer modo, foi depois de seu regresso a Cuba que o então chamado Governo Provisório Revolucionário promulgou a posteriormente denominada Primeira Lei de Reforma Agrária (17 de maio de 1959), que nacionalizou as imensas propriedades de diversas empresas estadunidenses e dos latifundiários cubanos que possuíam mais de 30 *caballerías*<sup>NT</sup> de terras. Estas últimas foram distribuídas e entregues como propriedade aos camponeses que nelas trabalhavam, enquanto as primeiras passaram a ser cooperativas ou propriedades do Estado.

Como foi documentado, um mês depois, o Departamento de Estado e a Agência Central de Inteligência (CIA) começaram a empreender ações mais ou menos “encobertas”, conforme o caso, com o propósito de acelerar “o desenvolvimento de uma oposição em Cuba que produzisse uma mudança no governo cubano” e sua substituição por outro mais “favorável aos interesses dos EUA” (Ramírez y Morales, 2014, p. 8); assim o reconheceu Eisenhower em suas memórias. Nelas ele deixou indicado: “Ainda que nossos especialistas em Inteligência estivessem indecisos durante meses, gradualmente os fatos foram nos levando à conclusão de que, com a chegada de Castro, o comunismo havia penetrado o Hemisfério [...] Em questão de semanas após Castro entrar em Havana, no governo começamos a examinar as medidas que poderiam ser efetivas para reprimi-lo no caso de que ele se convertesse em ameaça” (Eisenhower, 1966, p. 404).

Não tenho espaço para detalhar as multiformes agressões contra Cuba que, a partir desse momento, aquela administração republicana empreendeu; nem as radicais medidas econômico-sociais, nem as que foram empreendidas pelo posteriormente chamado “segundo governo revolucionário cubano”, presidido a partir de 17 de julho de 1959, pelo doutor Osvaldo Dorticós Torrado. Este, por suas próprias convicções e respondendo ao clamor popular, ratificou Fidel como seu primeiro-ministro, que anteriormente havia renunciado a este cargo por causa das debilitantes leis aprovadas pelo Conselho de Ministros, assumido até então pelo presidente Manuel Urrutia, também porque, “em vez de cumprir as medidas de austeridade assumidas pelo Governo, se [arrogava] privilégios pessoais” (Cantón y Duarte, 2006, p. 40. Tomo 1).

Conseqüentemente, o governo presidido por Dorticós continuou implementando diversas medidas benéficas para amplos setores do povo cubano,

---

<sup>NT</sup> Unidade de medida herdada dos vice-reinados espanhóis na América, equivalente a 78,58 hectares. (N. T.)

assim como uma ativa e soberana política externa voltada a estimular relações respeitadas e mutuamente benéficas com os “governos democráticos” da América Latina, como também estabelecer vínculos políticos e econômicos com os governos de diversos países independentes da Ásia e da África. Em vista deste fim, entre 17 de agosto e 08 de setembro de 1959, alguns dos estados desses continentes foram visitados por uma delegação oficial cubana, presidida pelo comandante Ernesto Che Guevara (1970 [1959], pp. 387-398). Foi nessa circunstância que, tomando como pretexto a suposta ingerência de Cuba nos assuntos internos de outros estados do Caribe, entre 13 e 19 de agosto, se realizou em Santiago do Chile a Quinta Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesta reunião, o recém nomeado secretário de estado de nosso país, Raúl Roa García, tomou a decisão de retirar-se dela ante a negativa do secretário de estado estadunidense, John Foster Dulles, e da maioria dos chanceleres dos demais governos latino-americanos, de analisar (como anteriormente acordado pelo Conselho dessa organização) as propostas feitas por Fidel na já mencionada reunião do Grupo dos 21. Porém, antes de retirar-se, Roa pronunciou um breve e denso discurso que – após defender o caráter profundamente democrático e popular da Revolução Cubana, assim como denunciar as agressões contra ela, realizadas desde o território estadunidense e de outros países da chamada Bacia do Caribe – deixou para a posteridade:

O Governo Revolucionário de Cuba vem à Quinta Reunião de Chanceleres cumprindo fielmente o mandato de [Simón] Bolívar, [Abraham] Lincoln, [José de] San Martín, [Bernardo] O’Higgins, [Benito] Juárez, [José Gervasio] Artigas, [Francisco] Morazán y [José] Martí. Vem travar, sem amarras, subordinações ou servidões, a grande batalha de nossa América, que é a superação, mediante um substancial financiamento público proposto pelo doutor Fidel Castro, em Buenos Aires, do subdesenvolvimento econômico, a causa real e profunda das tensões políticas e dos males que a afligem. Não recuaremos neste empenho até que nossa preterida, maltratada e acuada pátria *grande comum* seja “o continente humano por excelência, a casa do homem redimido, a terra da liberdade pessoal, a oficina laboriosa onde se embota a arma do soldado e se forja a enxada criadora do agricultor, a pátria augusta do cidadão inviolável, refúgio do oprimido, o mundo da esperança” (Roa, 1986 [1959], pp. 40-41, grifos próprios)

Poucos meses depois, o governo revolucionário cubano decidiu empreender diversas ações orientadas a restabelecer ou estabelecer, conforme o caso, suas relações diplomáticas com a União Soviética, com os estados socialistas da Europa oriental e central, bem como com a República Popular da China, a República

Popular da Coreia (também denominada “Coreia do Norte”) e com a República Democrática do Vietnam.

Cabe recordar que, dois meses antes, a administração de Eisenhower aprovava formalmente o denominado “Programa de ação encoberta contra o regime de Castro”. Entre as diversas ações agressivas, incluía-se o apoio da CIA aos atos de sabotagem da contrarrevolução interna, ataques piratas navais e aéreos procedentes do Estados Unidos contra objetivos econômicos da ilha, diversos planos de assassinato dos principais dirigentes da Revolução e, de maneira convergente, a formação de preparação na Guatemala de um exército de mercenários cubanos para desembarcarem na ilha, tomarem uma cabeça de praia e instalarem um governo provisório que solicitaria o apoio militar dos Estados Unidos e dos seus principais aliados latino-americano.

Para avançar nesse propósito, o Departamento de Estado estadunidense acelerou suas ações voltadas a provocar o isolamento de Cuba dos demais estados do continente americano. Para isso e logo depois de várias pressões do governo estadunidense, o Conselho da OEA deliberou realizar, em fins de agosto de 1960, com um dia de diferença entre uma e outra, a Quinta e a Sexta Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores dos 20 estados latino-americanos integrantes dessa organização à época. Ambas se realizaram em São José da Costa Rica e, por dois terços dos votos necessários, esta última reunião de consulta aprovou uma declaração condenando a “ingerência da União Soviética e da RPCh<sup>NT</sup> no mal chamado Hemisfério Ocidental” e, por inferência, a decisão soberana do governo revolucionário cubano de restabelecer suas relações diplomáticas com esses e outros estados socialistas da Europa e da Ásia.

Consequentemente, nos parágrafos 4 e 5 dessa declaração constou que o Sistema Interamericano era incompatível com toda forma de totalitarismo, que a democracia só alcançaria a plenitude de seus objetivos no continente quando todas as repúblicas americanas ajustassem suas condutas aos princípios enunciados na declaração da já referida Quinta Reunião de Consultas realizada em Santiago do Chile. A isto se agregou que todos os Estados membros da OEA tinham a obrigação de submeter-se à disciplina do Sistema Interamericano, voluntária e livremente convencionada, que a mais firme garantia de sua independência política provinha da obediência às disposições da Carta da Organização dos Estados Americanos que – sob a regência do então secretário de estado estadunidense, general George Marshall, e manchada com o sangue do povo colombiano – foi aprovada na IX Conferência Panamericana realizada em Bogotá, Colômbia, desde os primeiros dias até fins de abril de 1948.

Sem dúvida, com a já referida Declaração de São José da Costa Rica, o governo estadunidense finalmente alcançou o apoio mais ou menos disfarçado,

---

<sup>NT</sup> República Popular da China (N.T.).

conforme o caso, da maioria dos 20 governos latino-americanos aos diversos planos agressivos que vinham armando desde os primeiros meses de 1959 contra Cuba. Foi nessa ocasião que Raúl Roa – após realizar uma contundente denúncia de todas as agressões que os Estados Unidos estavam empreendendo e preparando contra nosso país, em cumplicidade com vários governos latino-americanos (Roa, 1986 [1960], pp. 51-125), anunciou a retirada da delegação cubana desse conclave e deixou para a história seu célebre sintagma: “Me voy con mi pueblo, y con mi pueblo se van también los pueblos de nuestra América” (Roa, 1986 [1960], p. 125).<sup>NT</sup>

### **A Primeira Declaração de Havana: o preâmbulo da proclamação do caráter socialista da Revolução cubana**

Para apoiar essa decisão de nosso Chanceler da Dignidade, em 02 de setembro de 1960, a AGNPC aprovou a proposta de Fidel, mediante voto universal, público e direto das mais de um milhão e meio de pessoas que se reuniram na então chamada Plaza Cívica, a Primeira Declaração de Havana. Penso que esta foi o preâmbulo da declaração do caráter socialista da Revolução cubana na medida em que, após repudiar a já referida declaração da OEA, condenou explicitamente “a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro imperialista”. Também postulou:

(...) o dever dos operários, dos camponeses, dos cidadãos, dos intelectuais, dos negros, dos índios, dos jovens, das mulheres, dos anciãos, a lutar por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais; o dever das nações oprimidas e exploradas a lutar por sua libertação; o dever de cada povo à solidariedade com todos os povos oprimidos, colonizados, explorados ou agredidos, seja qual for o lugar do mundo onde se encontrem e a distância geográfica que os separa. Todos os povos do mundo são irmãos! (ANGPC, 2007 [1960], p. 290-291).

Do mesmo modo, reafirmou a fé do povo cubano “em que a América Latina marchará decidida, unida e vencedora, livre das amarras que convertem suas economias em riqueza alienada ao imperialismo norte-americano e que a impedem de fazer ouvir sua verdadeira voz nas reuniões em que chanceleres domesticados fazem coro infamante ao amo despótico”. Como ato contínuo, ratificou a decisão do governo e do povo de Cuba “de trabalhar por este destino comum latino-americano que permitirá a nossos países edificar uma verdadeira solidariedade, assentada na livre vontade de cada um e nas aspirações conjuntas de todos.” (ANGPC, 2007 [1960], p. 290-291).

---

<sup>NT</sup> Mantido o original espanhol para preservar a construção estilística. (N.T.)

Consequentemente, refutou “a intenção de preservar a doutrina Monroe” e contrapôs “o latino-americanismo libertador que pulsa em José Martí e em Benito Juárez” ao “hipócrita panamericanismo” (ANGPC, 2007 [1960], p. 290), impulsionado desde fins do século XIX pelos representantes políticos, militares e ideológico-culturais dos grupos dominantes nos Estados Unidos e em diversos estados latino-americanos. Com esse incontestável apoio do povo cubano, alguns dias depois Fidel esteve pela primeira vez na Assembleia Geral da ONU. No denso e aclamado discurso pronunciado nessa ocasião, denunciou a política agressiva dos Estados Unidos contra Cuba, exigiu do governo estadunidense a devolução do território que ocupava ilegalmente (e que ainda ocupa), a base militar desse país encravada na Baía de Guantánamo. Ato contínuo, condenou a exploração que exercem os monopólios imperialistas sobre centenas de milhões de pessoas em todo o mundo; questionou o papel que a ONU estava desempenhando na defesa da paz mundial e dos interesses dos povos submetidos a diferentes formas de dominação colonial e neocolonial pelas principais potências imperialistas, afirmando: “Desapareça a filosofia do despojo e terá desaparecido a filosofia da guerra! Desapareçam as colônias, desapareça a exploração dos países pelos monopólios, então a humanidade terá alcançado uma verdadeira etapa de progresso!” (Castro, 2008 [1960], p. 174).

Sem dúvida, esses e outros enunciados e práticas da projeção externa da Revolução Cubana (entre elas, as reuniões bilaterais mantidas por Fidel com vários mandatários de diferentes países do mundo, incluído o primeiro-ministro da URSS, Nikita Khruchov) impulsionaram os preparativos da invasão mercenária que, havia meses, a maquinaria de política exterior vinha organizando, para defesa e segurança imperial dos Estados Unidos. Com este objetivo, antes de deixar a presidência, Eisenhower decidiu romper oficialmente as cada vez mais deterioradas relações diplomáticas com Cuba. Como documentado, esses planos foram assumidos pela fulgurante administração do democrata John F. Kennedy (1961-1963); que, dois meses depois de iniciar seu mandato em janeiro de 1961, autorizou a execução da que passou à história como “invasão mercenária da Praia Girón”, que teve início com o bombardeio de vários aeroportos civis e militares cubanos em 15 de abril desse ano e foi derrotada 114 horas depois.

No funeral dos sete cubanos caídos durante os bombardeios já referidos, com respaldo da absoluta maioria da população, em 16 de abril, proclamara o caráter socialista da Revolução Cubana. Entre outras passagens do extraordinário discurso pronunciado na ocasião, exclamou: “Companheiros operários e camponeses, esta é a Revolução Socialista e democrática dos humildes, pelos humildes e para os humildes. Por esta Revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida!” (Castro, 2008 [1961], p. 67). Mesmo assumindo uma semana depois sua responsabilidade pessoal no descalabro dessa “primeira grande derrota imperialista na América” (Castro, 2001 [1961], p. 88), Kennedy continuou elaborando novos planos para evitar que o “mau exemplo” da Revolução

Cubana se expandisse para outros da América Latina e Caribe. Com este objetivo, empreendeu os primeiros passos de um dos programas reformistas contra-insurgentes mais elaborados para essa região ao longo da sua história, pela maquinaria burocrático-militar, econômico-financeira e ideológico-cultural dos Estados Unidos: a Aliança para o Progresso.

### A “Aliança para o retrocesso”

Visando a alcançar o apoio de todos os governos civis e militares instalados ao sul do rio Bravo e da península da Flórida à época, na segunda semana de agosto de 1961, se realizou em Punta del Este, Uruguai, uma Conferência do até então inoperante Conselho Econômico e Social (CEIS) da OEA. Nessa reunião compareceu uma delegação cubana presidida pelo então ministro da indústria, comandante Ernesto Che Guevara, que – além dos contatos bilaterais que manteve com algumas das demais delegações oficiais (incluído o assessor especial para assuntos latino-americanos do presidente Kennedy, Richard Goodwin) e de participar em diversas atividades convocadas por várias organizações populares uruguaias – em 08 e 16 de agosto pronunciou dois discursos no plenário do evento.

No primeiro, registrou o caráter político que tinha essa reunião presumidamente técnica, denunciou que a Aliança para o Progresso era o veículo destinado a separar o povo de Cuba de outros povos da América e garantiu que o governo cubano se propunha a manter uma posição mutuamente respeitosa sobre os assuntos internos em suas interrelações com os demais governos latino-americanos. Imediatamente após referir-se ao apoio do governo cubano à independência dos territórios e ilhas do Caribe ainda colonizados pela Grã-Bretanha, assim como respaldar as aspirações da Argentina de recuperar as ilhas Malvinas (ilegalmente ocupadas de 1833 por essa potência imperialista), acentuou que Cuba, dentro de suas próprias condições, queria manter-se dentro da “família latino-americana” e “vê-la crescer, se possível, no mesmo ritmo que estamos crescendo” (Guevara, 1970 [1961], p. 457. Tomo II); acrescentando:

Não podemos deixar de exportar exemplo, como querem os Estados Unidos, porque o exemplo é algo espiritual que atravessa fronteiras. O que, sim, *damos a garantia, é de que não exportaremos revolução, damos a garantia de que não se moverá um fuzil de Cuba, de que não se moverá nenhuma arma de Cuba, para ir lutar em nenhum outro país da América.* O que não podemos assegurar é que a ideia de Cuba deixe de implantar-se em algum país da América, o que asseguramos nesta Conferência é que, se não se tomam medidas urgentes de prevenção social, o exemplo de Cuba se colará nos povos” (Guevara, 1970 [1961], p. 457. Tomo II, grifos próprios).

Algumas dessas ideias ele as retomou em seu segundo discurso, no qual fundamentou as razões pelas quais a delegação cubana ia abster-se na votação geral da Carta de Punta del Este (à qual qualificou como “a Aliança para o retrocesso”); ressaltou sua intenção de “colaborar para o engrandecimento do sistema interamericano, com base em uma real independência e amizade entre os povos, não na dependência de todos à direção de um”. Ato contínuo, se dedicou a responder à pergunta formulada por vários delegados latino-americanos: “Se a Aliança para o Progresso fracassa, o que acontecerá?”.

Após considerar várias alternativas, Che concluiu expressando que em quase todas estavam os germens de “uma guerra civil” e os perigos de “guerras intestinas, pelas quais Cuba manifesta desde já não ser responsável.” (Guevara, 1970 [1961], p. 458. Tomo II). De maneira convergente e também de acordo com os enunciados da Primeira Declaração de Havana, o governo revolucionário cubano começou a participar dos trabalhos preparatórios da Primeira Conferência de Países Não Alinhados, que se realizou nos primeiros dias de setembro de 1961 em Belgrado, capital da então República Federativa da Iugoslávia.

No discurso que o doutor Osvaldo Dorticós pronunciou neste evento, ratificou que o “não alinhamento” e a luta pela “coexistência pacífica” (propugnada pela União Soviética) não se reduzissem às interrelações entre as grandes potências e seus correspondentes blocos militares, mas que também se estendessem à cadeia de agressões que os Estados Unidos e outras potências estavam desenvolvendo contra os povos que ainda lutavam contra o colonialismo, o neocolonialismo em diferentes países e territórios do posteriormente chamado Terceiro Mundo. Neste contexto, ratificou que a Conferência realizasse “um inventário de todas aquelas situações (...) em que aparecem comprometidos os princípios que regem os direitos dos povos e nações à autodeterminação e dos estados à soberania e integridade”. Em seguida, acrescentou:

Ao fazer este inventário, recordemos, senhores, que os problemas da luta contra o imperialismo e pela liquidação do colonialismo e do neocolonialismo não tem vigência só na Ásia e na África, mas também na América Latina e, por isso, a preocupação desta conferência deve estender-se não apenas aos países afro-asiáticos, mas também àquela região do mundo. Se queremos ser consequentes conosco mesmos, condenemos a dominação colonialista na Argélia e em Angola e, ao mesmo tempo, em Porto Rico (Dorticós, 2008 [1961], p 432).

### **A Segunda Declaração de Havana: um dos pilares do marxismo latino-americano e cubano**

Essas demandas de Dorticós, assim como as antecipações do Che na já referida reunião do CIES da OEA, se confirmaram nos meses imediatamente

posteriores. Devido ao desencadeamento das multiformes lutas populares, democráticas, bem como pela liberação nacional e social em diversos países latino-americanos, teve início uma escalada repressiva, deram-se novos golpes de Estado militares, também uma cadeia de intervenções diretas e indiretas dos Estados Unidos nos assuntos internos e externos dos países dessa região.

Como resultado dessas ações, assim como das pressões e chantagens do governo de John F. Kennedy, dois terços dos chanceleres dos 21 governos que participaram da Oitava Reunião de Consultas de Ministros de Relações Exteriores da OEA (em Montevidéu, em fins de janeiro de 1962) decidiram “suspender” a participação de Cuba em todas as atividades políticas dessa organização, assim como da mal chamada Junta Interamericana de Defesa JID e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fundado em 1960. Tal declaração foi imediatamente rechaçada pelo presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, que encabeçara a delegação cubana e assistira a este conclave.

Em decorrência, o governo revolucionário cubano convocou a Segunda AGNPC. Como já indicado, esta realizou-se em 04 de fevereiro de 1962 na Plaza de la Revolución *José Martí* e, como proposto por Fidel, proclamou a Segunda Declaração de Havana. Inspirada no que declarou José Martí, um dia antes de cair em combate, em 19 de maio de 1895, em sua carta inconclusa ao seu “queridíssimo irmão” mexicano, Manuel Mercado, de que tudo que havia feito e faria tinha o magno propósito de “impedir com a independência de Cuba que os Estados Unidos se estendessem pelas Antilhas” e caíssem “com mais força sobre nossas terras da América” (Martí, 1974 [1895], p. 473). Essa declaração convocou todos os povos da América Latina e do Caribe a empreender suas lutas multiformes para alcançar o que anteriormente Martí havia denominado a “segunda independência” frente ao que, de maneira metafórica, havia denominado “o gigante de sete léguas” (Martí, 1974 [1891], p. 22).

Após afirmar que “a história de Cuba” era parte “da história da América Latina” e esta, “da história da Ásia, da África e da Oceania” e “da história da exploração impiedosa e cruel do imperialismo no mundo inteiro” (AGNPC, 2009 [1962], p. 507), assim como desde os conceitos do então chamado “marxismo-leninismo” anteriormente elaborados na América Latina, essa declaração incluiu uma sintética leitura dos principais marcos da história da humanidade, desde o mal chamado “descobrimento da América” até o momento em que foi redigida, assinalando:

Cuba e América Latina formam parte do mundo. Nossos problemas formam parte dos problemas que engendram a crise geral do imperialismo e a luta dos povos subjugados: o choque entre o mundo que nasce e o mundo que morre. A odiosa e brutal campanha deflagrada contra nossa Pátria expressa o esforço tão desesperado como inútil que os imperialistas fazem para evitar a liberação dos povos (AGNPC, 2009 [1962]: 511).

Imediatamente depois se perguntou: “O que se esconde atrás do ódio ianque à Revolução Cubana? O que explica racionalmente a conjuração que reúne no mesmo propósito agressivo a potência imperialista mais rica e poderosa do mundo contemporâneo e as oligarquias de todo um continente...?”, respondendo:

Une e incita-os o medo. O medo explica. Não o medo da Revolução Cubana, mas o medo da revolução latino-americana [...] o medo que operários e camponeses, estudantes, intelectuais e setores progressistas das camadas médias tomem revolucionariamente o poder, os povos oprimidos e famintos e explorados pelos monopólios ianques e a oligarquia reacionária da América; o medo que os povos saqueados do continente arrebatem as armas dos seus opressores e se declarem, como Cuba, povos livres da América (AGNPC, 2009 [1962], p. 511-512).

Esmagando a Revolução Cubana, creem dissipar o medo que os atormenta, o fantasma da revolução que os ameaça. Liquidando a Revolução Cubana, creem liquidar o espírito revolucionário dos povos. Em seu delírio, supõem que Cuba seja exportadora de revolução. Em suas mentes de negociantes e usurários insones cabe a ideia de que as revoluções podem ser compradas e vendidas, alugadas ou emprestadas, exportadas e importadas como uma mercadoria qualquer (AGNPC, 2009 [1962], p.: 511-512).

Alguns parágrafos depois:

As condições subjetivas de cada país, ou seja, o fator consciência, organização, direção, podem acelerar ou atrasar a revolução conforme o maior ou menor grau de desenvolvimento, porém, cedo ou tarde em cada época histórica, quando as condições objetivas amadurecem, se adquire consciência, se alcança a organização, a direção surge e a revolução se faz.

*Que esta ocorra por fatores pacíficos ou venha ao mundo por um parto doloroso, não depende das forças reacionárias da velha sociedade que resistem a deixar nascer a sociedade nova, que é engendrada pelas contradições que a velha sociedade leva em seu seio. Não usa sem necessidade os aparatos de força, porém os usa sem vacilação cada vez que seja necessário para ajudar o parto. Parto que traz às massas escravizadas e exploradas a esperança de uma vida melhor (AGNPC, 2009 [1962], p. 513, itálicos no original).*

Com esses e outros enunciados, que veremos mais adiante, se distanciou dos programas, das estratégias, das táticas e das formas de luta que em seus momentos impulsionaram a maior parte dos partidos e organizações nacionais populares, assim como dos partidos comunistas da América Latina. Estes últimos haviam

propugnado que, nas condições deste continente, não era possível empreender as lutas pelo socialismo. Em suas concepções, era necessário antes (quase imprescindível) as lutas predominantemente reivindicativas, pacíficas ou desarmadas pelo que denominavam “revoluções democráticas, agrárias, antifeudais e anti-imperialistas” conduzidas pelos representantes políticos das mal chamadas “burguesias nacionais”. Do mesmo modo, que as “forças motrizes” dessas transformações deviam ser “aliança operário-camponesa” chamada a desempenhar o papel protagônico na posterior transição do capitalismo ao socialismo.

Sem negar a necessidade dessa aliança e partindo das próprias experiências da Revolução Cubana, a Segunda Declaração de Havana asseverou de maneira taxativa que “o camponês [era] uma classe que, pelo estado de incultura em que o isolamento o mantém e vive, necessita da direção revolucionária e política da classe operária e *dos intelectuais revolucionários*, sem a qual não poderia por si só lançar-se à luta e conquistar a vitória” (AGNPC, 2009 [1962], p. 528, *italicos no original*). Em seguida, acrescentou que nas condições então existentes na América Latina, a “burguesia nacional” não podia encabeçar “a luta antifeudal e anti-imperialista” como a experiência havia demonstrado, ainda quando seus interesses fossem “contraditórios” com os do imperialismo ianque, havia sido incapaz de enfrentá-lo, “paralisada” pelo medo da revolução social e assustada pelo clamor das massas exploradas”, acrescentando: “Ante o dilema imperialismo ou revolução, só suas camadas médias progressistas estarão com o povo.” (AGNPC, 2009 [1962], p. 528). Sobretudo porque:

O imperialismo, utilizando os grandes monopólios cinematográficos, suas agências telegráficas, suas revistas, livros e jornais reacionários recorrem às mentiras mais sutis para semear divisionismo e inculcar entre as gentes mais ignorantes o medo e a superstição às ideias revolucionárias que só aos interesses dos poderosos e exploradores e a seus seculares privilégios podem e devem assustar. (AGNPC, 2009 [1962], p. 528)

Em seguida, agregou que esse divisionismo, “o sectarismo, o dogmatismo, a falta de amplitude para analisar o papel que corresponde a cada camada social, a seus partidos, organizações e dirigentes, dificultam *a unidade da ação imprescindível entre as forças democráticas e progressistas de nossos povos*. São vícios de crescimento, enfermidades da infância do movimento revolucionário que devem ficar para trás.” (AGNPC, 2009 [1962], p. 529, *italicos no original*). Para alcançar esse propósito, assim como para romper o reducionismo sociológico, o dogmatismo e o sectarismo então imperante em diversos destacamentos da esquerda social, política e intelectual da América Latina, em especial em seus partidos trotskistas e comunistas, já desde começos da década de 1960 denominados “pró-China” ou ‘pró-soviéticos”, a Segunda Declaração afirmou:

Na luta antifeudal e anti-imperialista é possível organizar a imensa maioria do povo em torno das metas de liberação que unam o esforço da classe operária, dos camponeses, *dos trabalhadores intelectuais, da pequena-burguesia e das camadas mais progressistas da burguesia nacional*. Estes setores abrangem a imensa maioria da população e aglutinam grandes forças sociais capazes de varrer o domínio imperialista e a reação feudal. Nesse amplo movimento podem e devem lutar juntos, pelo bem de suas nações, pelo bem de seus povos e pelo bem da América, desde o velho militante marxista até o católico sincero que não tenha nada a ver com os monopólios ianques e com os senhores feudais da terra.

Esse movimento poderia arrastar consigo os elementos progressistas das forças armadas, humilhados também pelas missões militares ianques, pela traição aos interesses nacionais das oligarquias feudais e pela imolação da soberania nacional aos ditames de Washington. (AGNPC, 2009 [1962], p. 529)

Objetivamente, tais postulados incentivaram as multiformes lutas anti-imperialistas, anticolonialistas, antineocolonialistas, antiditatoriais, democráticas e por justiça social que, nos anos imediatamente posteriores começaram em diferentes países da América Latina e do Caribe. Em particular, na Guatemala, na Nicarágua, na Guiana, na Colômbia, na Venezuela, no Peru, no Paraguai, assim como em outros países sul-americanos.

Para conter ou derrotar as revoluções, a administração John F. Kennedy (1961-1963), além de empreender diversas ações contra-insurgentes em conluio com os representantes políticos e militares das classes dominantes na maior parte dos estados latino-americanos e caribenhos, continuou seus planos cada vez mais agressivos visando a derrotar a Revolução Cubana.

Como documentado, foi nesse contexto que a máxima direção político-estatal do país aceitou a proposta da URSS de deslocar 42 “projéteis balísticos de médio alcance”, com possibilidade de transportar ogiva nuclear, assim como a progressiva chegada de armas antiaéreas e de alguns aviões de combate IL-28. Consequentemente, a descoberta desses armamentos por parte de aviões de espionagem estadunidenses foi o pretexto utilizado pelo governo de Kennedy para iniciar o bloqueio naval a Cuba, o que deu início à chamada “Crise dos mísseis”, de outubro-novembro de 1962.

Como se sabe, a decisão da direção máxima da URSS – em particular Nikita Khruchov – de negociar, sem consultar o governo cubano, a retirada inspecionada desses mísseis e aviões em troca da promessa da administração Kennedy de não empreender “uma agressão direta contra Cuba”, encontrou imediatamente um rechaço público de Fidel; cujos “5 pontos” foram respaldados pela maioria do povo cubano (Castro, 2009 [1962], p. 115), bem como por diversos governos e forças

políticas populares e revolucionárias de vários países. Sobretudo porque, como havia previsto a máxima direção das ORI e o Conselho de Ministros de nosso país, em sua declaração de 25 de novembro de 1962 (Ori, 2009 [1962], p. 160-165), o já mencionado acordo soviético-estadunidense não impediu que continuassem as diversas agressões dos Estados Unidos contra a Revolução Cubana.

Após o assassinato de Kennedy, registrou-se uma nova escalada de agressões durante a administração de Lyndon B. Johnson (1963-1969). Esta urdiu novos planos de assassinato dos principais dirigentes da Revolução, apoiou com armas e suprimentos os bandos contrarrevolucionários que continuaram operando nas serras do Escambray, até 1965, localizadas no centro da Ilha de Cuba, assim como diversos planos terroristas a cargo de comandos da CIA baseados em alguns países latino-americanos. Nesse contexto se deu dezenas de provocações a partir da Base Naval estadunidense encravada na entrada da Baía de Guantánamo. Tais ações aumentaram durante os meses anteriores às eleições presidenciais dos Estados Unidos, em novembro de 1964, nas quais concorreram o então presidente democrata estadunidense e o candidato dos setores mais reacionários do Partido Republicano. Apesar de todas as advertências do governo cubano, a OEA manteve seu silêncio cúmplice frente a essas agressões. Mais ainda: em julho de 1964, baseado numa denúncia apresentada pelo governo venezuelano, então presidido pelo dirigente do Partido da Ação Democrática, Raúl Leoni (1964-1969), o governo estadunidense finalmente conseguiu que a Nona Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, realizada em Washington, aprovasse uma resolução advertindo a todos os estados membros a romper suas relações diplomáticas, comerciais e consulares com Cuba. Em particular, aos governos que ainda as conservavam, como era o caso da Bolívia, do Chile, do México e do Uruguai.

Foi em resposta a essa resolução que, no já referido discurso pronunciado em 26 de julho de 1964, Fidel propôs a Declaração de Santiago de Cuba, qualificada como “um chamado à Revolução Latino-americana” frente ao “chamado dos imperialistas à contrarrevolução”, anteriormente aprovada pela maior parte dos governos latino-americanos e caribenhos, integrantes da OEA (Castro, F. 2009 [1964], p. 108). Daí que – após denunciar as continuadas agressões contra Cuba pela maquinaria da política exterior e de segurança imperial dos Estados Unidos, a cumplicidade com elas por parte de vários governos latino-americanos e caribenhos, além de rechaçar as cínicas, descaradas e injustas sanções impostas a Cuba, como também qualificar a declaração formulada na reunião da OEA como “um chamado desavergonhado à contrarrevolução” – proclamou aos quatro ventos que:

O povo de Cuba [advertia], ademais, que não [cessavam] os ataques piratas realizados desde o território norte-americano e de outros países da bacia do Caribe, assim como o treinamento de mercenários para realizar atos de sabotagem contra a Revolução Cubana, além do envio de agentes, armas e explosivos ao território de Cuba. O povo de Cuba se

*considerará com igual direito a ajudar com os recursos a seu alcance aos movimentos revolucionários em todos aqueles países que pratiquem semelhante intromissão nos assuntos internos de nossa Pátria* (Declaración de Santiago de Cuba, 2012 [1964], p. 109, itálicos no original)

Em minha concepção, esse enunciado da projeção externa da Revolução Cubana se manteve totalmente vigente até que, a partir dos primeiros anos da década de 1970, diferentes governos latino-americanos e caribenhos começaram a dissociar-se da política agressiva dos Estados Unidos contra Cuba, desenvolvidas pelos governos de Richard Nixon (1969-1974) e de Gerald Ford (1974-1977), e restabelecer relações diplomáticas, consulares e comerciais e culturais com Cuba, como foi o caso do Chile (durante os três anos do governo da Unidade Popular, presidido entre 1971 e 1973, por Salvador Allende), como também os governos do Peru, de Barbados, da Jamaica, da República Cooperativa da Guiana e Trinidad e Tobago (em 1972) e, nos três anos posteriores, Argentina, Colômbia, Panamá e Venezuela.

Sob pressão dos governos desses países, como do governo mexicano, (presidido entre 1970 e 1976, por Luis Echeverría), assim como a XV Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, celebrada em Quito, Equador, em 1974, a Assembleia Geral dessa organização em São José da Costa Rica, em julho de 1975, aprovou o Protocolo de Emendas ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947 e, em resolução complementar, deixou aos estados membros a liberdade para restabelecer suas relações diplomáticas, comerciais, consulares e culturais com Cuba.

Entretanto, é imprescindível esclarecer que, segundo os enunciados da Primeira e da Segunda Declaração de Havana, assim como da Declaração de Santiago de Cuba, o governo do povo cubano, como também as organizações de raízes populares que atuam na sociedade civil e política do país mantiveram sua multiforme solidariedade com todas as organizações populares e revolucionárias que continuaram lutando contra os governos ditatoriais e pró-imperialistas, civis ou militares, instalados nos demais países da América Latina e do Caribe.

O espaço destinado a este artigo não me permite relatar as diversas formas que adquiriram essas solidariedades com os governos civis (como o da Unidade Popular chilena, encabeçada pelo “companheiro presidente” Salvador Allende, até o brutal golpe de Estado fascista de 11 de setembro de 1973); tampouco o decidido apoio que o governo e o povo cubano continuaram oferecendo às lutas democráticas, anti-imperialistas, anticolonialistas, antineocoloniais, por liberação nacional e social que, como previsto pela Segunda Declaração de Havana, continuaram e continuam se desenrolando em diversos países da América Latina e do Caribe.

## À guisa de conclusão: sobre o vigente da Segunda Declaração de Havana

Entretanto, seria um despropósito teórico e prático supor que todos os enunciados e, menos ainda, a linguagem utilizada pelos redatores da Segunda Declaração de Havana conservam vigência sessenta anos depois. O mundo, nosso continente, suas estruturas econômicas, sua composição sócio-classista, étnica e demográfica, como também os componentes ideológico-culturais de cada uma das nossas sociedades mudaram muito e nem sempre para o bem, desde o momento que a Declaração foi aprovada pela AGNPC.

Essas mudanças impõem novas formas de organização de luta tanto de “massas” como de “ideias”, assim como a atualização da linguagem que empregamos para comunicá-las. Sobretudo porque como mais de uma vez se pronunciou Fidel Castro, se não se ganha essas batalhas, será impossível ganhar as demais. Porque, como ele deixou registrado, as grandes transformações da Humanidade, incluídas as Revoluções, sempre foram frutos “da cultura e das ideias” (Castro, 1999 [1998]).

Contudo, também seria um desatino desconhecer a vigência de alguns dos enunciados desse *manifesto comunista* do povo cubano. Sem intenção de ser exaustivo, entre eles, me parece pertinente ressaltar seus radicais postulados anti-imperialistas, sua afirmação de que as “burguesias nacionais” e seus representantes políticos, apesar de suas contradições com os grupos dominantes dos Estados Unidos, continuam sem capacidade ou disposição para encabeçar e sequer impulsionar as grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que demandam a maioria absoluta dos estados nacionais independentes ou semi-independentes atualmente existentes na América Latina e Caribe.

Frente a essa realidade, sem descartar que alguns dos seus setores mais progressistas possam incorporar-se às multiformes lutas desenvolvidas na atualidade, é imprescindível seguir avançando, conforme o caso, sem sectarismos nem dogmatismos, nem setorialismos sócio-classistas, étnicos, de gênero, de geração, de crenças religiosas e de doutrinas políticas, na organização de uma grande frente de todos os setores populares e seus representantes populares, sociais, políticos e ideológico-culturais de cada um de nossos países, como também nas interrelações solidárias entre cada um deles, já que, como se pronunciou Fidel: “a unidade anti-imperialista é a tática, a estratégia é a vitória”.

Em particular, entre as forças políticas, sociais e ideológico-culturais que concordem que hoje, como ontem, como também num futuro previsível, que o imperialismo estadunidense, assim como seus sócios, amigos e aliados, governamentais e não governamentais, dentro e fora do continente americano, continuam e continuarão sendo os inimigos principais de todos os povos do mundo, qualquer que seja a distância geográfica que os separe. Portanto, continua e

continuará sendo verdade que: “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução” (AGNPC, 2009 [1962], p. 529).

## Referências

- AGNPC. La declaración de la Habana. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis y CARAM, Tanía (comps.) *Documentos de la Revolución Cubana 1961*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007 [1960].
- \_\_\_\_\_. Segunda Declaración de La Habana. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis y CARAM, Tanía (comps.) *Documentos de la Revolución Cubana 1962*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009 [1962].
- ALAPE, Arturo. El Bogotazo: memorias del olvido. In: *De los recuerdos de Fidel Castro: El Bogotazo y Hemingway*. La Habana: Editora Política, 1984.
- CANTÓN, José; DUARTE, Martín. *Cuba: 42 años de Revolución*. Cronología histórica 1959-1982. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- CASTRO, Fidel. Comparecencia extraordinaria en el programa Universidad Popular de la Radio y la TV el 23 de abril de 1961. In: DEUTSCHMANN, David (ed.) *Fidel Castro habla de Playa Girón*. La Habana: Editora Política, 2001 [1961].
- \_\_\_\_\_. Declaración del carácter socialista de la Revolución. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1961*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008 [1961].
- \_\_\_\_\_. Declaración sobre los cinco puntos que constituyen las garantías contra la agresión. (2008 [1961]). *Documentos de la Revolución Cubana 1962*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009 [1962].
- \_\_\_\_\_. Discurso pronunciado el 26 de julio de 1964. (2008 [1961]). *Documentos de la Revolución Cubana 1964*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012 [1964].
- \_\_\_\_\_. Discurso pronunciado el 26 de septiembre de 1960 ante la Asamblea General de la ONU. In: DEUTSCHMANN, David; SHNOOKAL, Débora. *Fidel Castro: Antología mínima*. México: Ocean Sur, 2008 [1960].
- \_\_\_\_\_. Fragmentos del discurso pronunciado por Fidel Castro en la Reunión del G-21, el 2 de mayo de 1959. In: SALAZAR, Luis Suárez (comp.). *Fidel Castro Ru?: Las crisis de América Latina, diagnósticos y soluciones*. La Habana: Editora Política, 2016 [1959].
- \_\_\_\_\_. La OSPAAAL ha demostrado capacidad de acción y de influencia. In: ESTRADA, Ulises; SALAZAR, Luis Suárez (eds.). *Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de la tierra*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007 [2001].
- \_\_\_\_\_. *Una revolución solo puede ser hija de la cultura y de las ideas*. La Habana: Editora Política, 1999.

- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB/ Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- DECLARACIÓN DE SANTIAGO DE CUBA. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1964*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012 [1964].
- DORTICÓS, Osvaldo. Discurso pronunciado en la Primera Cumbre de Países No Alineados efectuada en Belgrado. República Federativa de Yugoslavia. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1961*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008 [1961].
- \_\_\_\_\_. La farsa de la Organización de Estados Americanos en Punta del Este. In: LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1962*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009 [1961].
- EISENHOWER, Dwight. *Los años en la Casa Blanca; haciendo la paz* (1959-1961). New York: Doubleday and Co, 1966.
- GUEVARA, Ernesto. América Latina desde el balcón afroasiático. In: *Ernesto Che Guevara: Obras 1957-1967*. La Habana: Casa de las Américas. Tomo II, 1970 [1959].
- \_\_\_\_\_. Discursos en Punta del Este, Uruguay. In: *Ernesto Che Guevara: Obras 1957-1967*. La Habana: Casa de las Américas, 1970 [1961].
- \_\_\_\_\_. La influencia de la Revolución Cubana en la América Latina. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1962*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009 [1962].
- MARTÍ, José. Carta a Manuel Mercado. In: *José Martí. Nuestra América*. La Habana: Casa de las Américas, 1974 [1895].
- \_\_\_\_\_. Nuestra América. In: *José Martí: Nuestra América*. La Habana: Casa de las Américas, 1974 [1891].
- ORI. “Respuesta de Cuba al presidente Kennedy”. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luis; CARAM, Tanía (comps.). *Documentos de la Revolución Cubana 1962*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009 [1962].
- RAMÍREZ, Elier; MORALES, Esteban. *De la confrontación a los intentos de normalización: La política de Estados Unidos hacia Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.
- ROA, Raúl. Discurso pronunciado en la Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Américas. In: *Raúl Roa: Canciller de la Dignidad*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986 [1959].
- \_\_\_\_\_. Intervenciones en la Séptima Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas. In: *Raúl Roa: Canciller de la Dignidad*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986 [1960].

SALAZAR, Luis Suárez. *Madre América: un siglo de violencia y dolor (1898-1998)*. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

\_\_\_\_\_. *Un siglo de terror en América Latina: crímenes de Estados Unidos contra la humanidad*. Melbourne, New York, La Habana: Ocean Press y Ocean Sur, 2006.

## ANEXO

### Cronologia do longo e inconcluso processo de descolonização do Caribe

<i>Nações ou territórios</i>	<i>Metrópole</i>	<i>Ano em que obteve a independência</i>
Antigua/Barbuda	Reino Unido	1981
Bahamas	Reino Unido	1973
Barbados	Reino Unido	1966
Belize	Reino Unido	1981
Dominica	Reino Unido	1978
Granada	Reino Unido	1974
Guyana	Reino Unido	1966
Jamaica	Reino Unido	1962
San Kitts y Nevis	Reino Unido	1983
Santa Lúcia	Reino Unido	1978
São Vicente/Granadinas	Reino Unido	1979
Trinidad y Tobago	Reino Unido	1962
Cuba	Espanha/EUA	1902
República Dominicana	Espanha	1844
Haití	França	1804
Suriname	Holanda	1975
Cayena	França	DOM
Martinica	França	DOM
Guadalupe	França	DOM
Aruba	Holanda	Território autônomo
Donaire	Holanda	Território autônomo
Curacao	Holanda	Território autônomo
Saint Marteen	Holanda e França	Colônia
Ilhas Vírgens	Estados Unidos	Colônia
Porto Rico	Estados Unidos	Colônia
Anguila	Reino Unido	Colônia
Bermudas	Reino Unido	Colônia
Ilhas Vírgens britânicas	Reino Unido	Colônia
Ilhas Caimã	Reino Unido	Colônia
Montserrat	Reino Unido	Colônia
Ilhas Turcas	Reino Unido	Colônia

Fonte: *Luis Suárez Salazar a partir de diversas pesquisas.*